



COALITION
PLUS

REDE
LUSÓFONA
DE SAÚDE
COMUNITÁRIA

DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DA CPLP

Bissau, 4 de março de 2026



Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública: Minimizar os Danos e Riscos do Uso de Drogas Ilícitas nos Países de Língua Portuguesa

PREÂMBULO

Reunidas em Bissau, no âmbito da Reunião Regional “Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública: Minimizar os Danos e Riscos do Uso de Drogas Ilícitas nos Países de Língua Portuguesa”, a Rede Lusófona de Saúde Comunitária, promovida pela Coalition PLUS, e as organizações da sociedade civil dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reafirmam o seu compromisso com o fortalecimento de respostas de saúde pública baseadas na evidência científica, nos direitos humanos e na cooperação internacional.

A presente Declaração constitui uma posição coletiva da sociedade civil lusófona. Não tem carácter vinculativo nem substitui decisões soberanas dos Estados, pretendendo contribuir de forma construtiva para o diálogo técnico e institucional sobre os consumos problemáticos de drogas na CPLP.

I. CONTEXTO E OPORTUNIDADE DE COOPERAÇÃO

A sociedade civil da CPLP depara-se com desafios diferenciados entre os Estados-Membros, registando-se impactos particularmente expressivos em alguns contextos, incluindo a Guiné-Bissau, o Brasil, Moçambique e Portugal, bem como necessidades reforçadas de prevenção e resposta eficaz nos restantes países lusófonos.

Entre os principais desafios destacam-se:

- Consumo problemático de cocaína base (“crack”);
- Emergência de novas substâncias psicoativas e alterações nos mercados ilícitos;
- Policonsumos, nomeadamente opiáceos, estimulantes, álcool e uso abusivo de medicamentos de prescrição;
- Interligação entre uso de drogas, infeções transmissíveis e saúde mental;
- Vulnerabilidades sociais que amplificam os riscos individuais e comunitários.

Promotor

Membros





Simultaneamente, o espaço lusófono dispõe de experiências complementares relevantes nas áreas de redução de riscos e minimização de danos, tratamento de dependências, integração de serviços comunitários e reinserção social.

Esta Declaração é coerente com:

- A Declaração Final da VII Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (2025);
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 3 (Saúde de Qualidade) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes);
- As recomendações internacionais do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Agência da União Europeia para as Drogas (EUDA) relativas às respostas ao fenómeno das drogas.

II. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A sociedade civil entende que as respostas associadas ao uso problemático de drogas devem:

1. Basear-se na melhor evidência científica disponível;
2. Garantir acesso equitativo e não discriminatório aos cuidados de saúde;
3. Integrar prevenção, redução de riscos, tratamento, saúde mental e reinserção social;
4. Assegurar e respeitar a participação significativa das pessoas que usam drogas;
5. Serem proporcionais, adaptáveis e respeitadoras dos diferentes contextos nacionais.

III. MODELO LUSÓFONO INTEGRADO DE RESPOSTA AO USO DE DROGAS

Propõe-se o desenvolvimento progressivo de um modelo lusófono integrado, desenvolvido como um quadro técnico modular, adaptável e não vinculativo, e aplicável às diferentes realidades epidemiológicas da CPLP.

Promotor

Membros





PACOTE INTEGRADO DE SERVIÇOS

O Modelo deverá estruturar-se em torno de um pacote articulado que inclua:

1. Prevenção e Redução de Riscos

- Informação baseada em evidência sobre riscos associados às diferentes substâncias;
- Disponibilização de material de consumo seguro, quando aplicável;
- Prevenção de overdose e gestão de intoxicações;
- Promoção da saúde sexual e reprodutiva;
- Rastreamento integrado para as infecções pelo VIH, tuberculose, hepatites virais e outras infecções associadas ao consumo;
- Vacinação contra hepatite A, hepatite B e outras infecções preveníveis.

2. Tratamento Diferenciado e Cuidados Continuados

- Tratamento da dependência baseado na voluntariedade e no consentimento informado, incluindo terapêuticas medicamentosas quando indicadas;
- Intervenções psicossociais para consumos problemáticos de estimulantes, álcool e outras substâncias;
- Integração com os cuidados de saúde primários e especializados;
- Encaminhamento para tratamento de infeções associadas.

3. Saúde Mental

- Avaliação e acompanhamento integrados de problemas de saúde mental associadas ao uso de substâncias;
- Articulação entre os serviços de aditologia e os de saúde mental.

4. Reinserção Social

- Apoio à formação, empregabilidade e inclusão social;
- Articulação com serviços sociais e programas comunitários;
- Estratégias de redução do estigma e promoção da cidadania.

Este pacote deverá ser implementado de forma progressiva, respeitando as capacidades nacionais.

Promotor

Membros





IV. CONTINUIDADE

Esta Declaração representa um compromisso coletivo da sociedade civil lusófona em contribuir para respostas mais eficazes, humanizadas e sustentáveis, colocando a saúde pública, a dignidade humana e a cooperação no centro das políticas de drogas no espaço da CPLP.

A sociedade civil manifesta a sua disponibilidade para colaborar com os Estados-Membros e com a CPLP no desenvolvimento técnico desta agenda, respeitando a soberania nacional e a diversidade dos contextos institucionais.

O fortalecimento progressivo da cooperação técnica nesta área poderá contribuir para respostas mais eficazes, sustentáveis e alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros.

A Sociedade Civil Lusófona apela e reconhece o papel estratégico do Brasil e de Portugal, cuja experiência acumulada e resultados internacionalmente reconhecidos nesta área poderão constituir um importante contributo para o reforço da cooperação e do apoio técnico aos países lusófonos.

ASSINATURAS

Organizações signatárias

- 1 Enda Santé Guiné-Bissau (Guiné-Bissau)
- 2 GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos (Portugal)
- 3 FOAESP - Fórum das ONG/Aids do Estado de São Paulo (Brasil)
- 4 MWENHO – Associação de Mulheres Vivendo com VIH (Angola)
- 5 NUAS – Núcleo Advocacy em Saúde (Brasil)
- 6 ADPP GB - Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (Guiné-Bissau)
- 7 RENAP+GB - Rede Nacional das Pessoas Vivendo com VIH (Guiné-Bissau)
- 8 MATRAM – Movimento para o Acesso ao Tratamento em Moçambique (Moçambique)
- 9 ASPF – Associação Santomense para Promoção Familiar (São Tomé e Príncipe)
- 10 VERDEFAM- Associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família (Cabo Verde)
- 11 RPVVIH - Rede Nacional de Pessoas que Vivem com VIH (Cabo Verde)

Promotor

Membros





12 Associação VIDA (São Tomé e Príncipe)

13 Estrela PLUS (Timor-Leste)

14 MOZPUD - Rede Nacional de Ajuda a Pessoas que Usam Drogas (Moçambique)

12 Centro de Convivência É de Lei (Brasil)

13 REDUC - Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Brasil)

14 RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Brasil)

15 Rede de Redução de Danos e Profissionais do sexo do Distrito Federal e Entorno- Tulipas do Cerrado (Brasil)

16 ARDAM - Associação de Danos da Amazonas (Brasil)

17 Escola Livre de Redução de Danos (Brasil)

18 ABORDA – Associação Brasileira de Redução de Danos (Brasil)

19 Movimento Brasileiro de Redução de Danos (Brasil)

20 Fórum Amazonas de OSC, IST, HIV, VIH e Tuberculose (Brasil)

21 Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (Brasil)

22 Casa 8 de março – Organização Feministas do Tocantins (Brasil)

23 Associação Águia Morena de Redução de Danos (Brasil)

24 Ares do Pinhal – Associação para a Inclusão Social (Portugal)

25 Associação Existências (Portugal)

25 Associação Íris (Angola)

26 AHSeAS - Associação Humanitária de Saúde e Apoio Social (Portugal)

27 MdM – Médicos do Mundo (Portugal)

28 Opus Diversidade (Portugal)

29 SER+ - Associação Portuguesa para a Prevenção e Desafio à SIDA (Portugal)

30 GAF - Gabinete de Atendimento à Família (Portugal)

Promotor

Membros





31 Crescer (Portugal)

32 InPulsar – Associação para o Desenvolvimento Comunitário (Portugal)

33 LPV – Associação Luta pelo VIHda (Angola)

34 RENOPA+ - Rede Nacional de Organizações de Pessoas que Vivem com HIV em Angola (Angola)

35 ANGOBEFA - Associação Angolana para o Bem-Estar da Família (Angola)

Promotor

Membros

